

30 Anos da Autorregulamentação do GLP no Brasil

Uma história de inspiração, segurança e compromisso



Resumo Executivo

Introdução

Capítulo 1: As primeiras décadas da distribuição de GLP no Brasil

Os pioneiros (1937-1949)
A era da intervenção estatal e seus desafios (1950-1980)
O cenário de desregulamentação e a crise de segurança (1990-1995)
A necessidade urgente de mudança
A construção de soluções setoriais: o papel do Sindigás

Capítulo 2: A virada do jogo (1996)

O contexto da mudança: desregulamentação e a necessidade de um novo modelo
A gênese do código
Os pilares fundamentais
O apoio regulatório: portarias e resoluções
A autorregulamentação como modelo de governança setorial
Desafios na implementação
A autorregulamentação como instrumento de adaptação e resiliência

Capítulo 3: Os pilares em ação: troca e requalificação

Um modelo de logística reversa e cooperação
O Programa Nacional de Requalificação de Botijões: investimento em segurança
A fiscalização e o papel da ANP
Aprimoramento contínuo
Manutenção preventiva e inovação em materiais
O impacto na inovação e na tecnologia

Capítulo 4: Os frutos da autorregulamentação: segurança, economia e sociedade

A revolução da segurança: queda significativa nos acidentes
Impacto econômico: investimentos, empregos e concorrência saudável
Transformação social: acesso à energia, saúde e qualidade de vida
O papel da comunicação e da conscientização
Um modelo para outros setores
A autorregulamentação como fator de credibilidade internacional
A sinergia entre a legislação e a autorregulamentação

Capítulo 5: O GLP rumo ao futuro

O GLP na transição energética brasileira
O papel da inovação aberta e parcerias estratégicas
O GLP e a economia circular
Acesso à energia para todos
A segurança energética nacional

Conclusão

A trajetória do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) no Brasil sempre avançou de mãos dadas com a evolução da infraestrutura energética e a segurança dos consumidores. Esta publicação destaca a relevância histórica da iniciativa das empresas distribuidoras que, sob a coordenação do Sindigás, implementaram em 1996 o Código de Autorregulamentação – iniciativa que representou uma transição institucional profunda, estabelecendo responsabilidades privadas em um mercado que migrava de décadas de intervenção estatal para a livre concorrência.

Contexto histórico e a gênese da mudança

A distribuição de GLP no Brasil teve início em 1937, marcada pelo pioneirismo de um empresário e pela rápida aceitação do combustível como alternativa moderna à lenha e ao carvão. Contudo, entre as décadas de 1950 e 1980, o setor operou sob rígida tutela do Estado, com preços tabelados, subsídios e o monopólio da Petrobras na exploração, produção e refino de petróleo. Esse modelo, embora tenha expandido o acesso, gerou distorções econômicas, criou ambientes de informalidade e desestimulou investimentos em tecnologia.

A abertura econômica dos anos 1990 trouxe a desregulamentação, mas também revelou um vácuo de controle. A proliferação de botijões sem identificação clara de marca e o envasilhamento clandestino tornaram-se problemas críticos. A ausência de mecanismos de rastreabilidade e manutenção resultou no aumento de acidentes prejudicando a confiança no setor. Diante da impossibilidade dos órgãos governamentais da época para implementar soluções céleres, foram as empresas distribuidoras, via Sindigás, que assumiram o protagonismo para reorganizar o mercado.

O Código de Autorregulamentação e a mudança de paradigma

A assinatura do Código em 1996 foi o marco de uma reorientação estratégica. As empresas concorrentes estabeleceram um pacto de cooperação técnica e ética, assumindo a corresponsabilidade pela integridade de todo o parque de vasilhames. Essa iniciativa pioneira transformou a dinâmica setorial, ao introduzir processos de logística reversa e disciplina operacional inéditos no país.

Dimensão da mudança	Descrição do impacto
Responsabilidade civil	Vinculação direta entre a marca estampada no botijão e a empresa responsável pelo envasilhamento e manutenção.
Logística reversa	Criação de centros de destroca, permitindo que botijões de diferentes marcas retornassem às suas respectivas proprietárias para inspeção.

Dimensão da mudança	Descrição do impacto
Investimento em segurança	Implementação do Programa Nacional de Requalificação, com aportes superiores a R\$ 1 bilhão para retirar recipientes danificados de circulação.
Governança setorial	Fortalecimento do Sindigás como fórum de mediação e interlocução técnica com órgãos reguladores (ANP) e de defesa do consumidor.

Consequências para o setor de energia e a sociedade

Os desdobramentos da autorregulamentação ultrapassaram o âmbito da distribuição de GLP, gerando benefícios estruturais para a matriz energética e para o conjunto da sociedade brasileira. A estabilização das regras de convivência e a proteção às marcas atraíram novos investimentos e fomentaram uma concorrência alicerçada na eficiência e na qualidade do serviço, em vez da prática de preços predatórios ou da negligência operacional.

Para a sociedade, o resultado mais tangível foi a redução drástica e sustentada dos índices de acidentes envolvendo GLP. O combustível consolidou-se como uma das formas de energia mais seguras e mais capilarizadas do Brasil, atingindo 95% dos lares e desempenhando papel crucial na segurança alimentar e na saúde pública, ao substituir fontes de energia poluentes.

A autorregulamentação do GLP no Brasil não se desenvolveu isoladamente, mas em constante diálogo e colaboração com as esferas governamentais. A iniciativa do Sindigás contou com a decisiva participação de diversos organismos da administração pública, como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), o Corpo de Bombeiros, órgãos de defesa do consumidor (como o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC, PROCONs, e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC/Senacon) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE). Essas entidades atuaram na legislação, normatização e auditoria, garantindo que as práticas de mercado estivessem alinhadas aos interesses públicos de segurança e abastecimento, criando um arcabouço legal robusto que equilibrou a inovação privada com a supervisão regulatória.

Em suma, a iniciativa das distribuidoras há três décadas demonstrou que a coordenação setorial voluntária, quando fundamentada em compromisso social e em critérios técnicos rigorosos, é capaz de antecipar soluções regulatórias e elevar os padrões de um serviço essencial. O Código de Autorregulamentação permanece como um caso de sucesso na história econômica brasileira, exemplificando como o setor privado pode atuar como agente de ordem, inovação e proteção ao consumidor.

O Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), conhecido popularmente no Brasil como “gás de cozinha”, transcende a sua definição técnica de uma mistura de hidrocarbonetos para se consolidar como um dos elementos mais vitais e onipresentes na vida cotidiana da população brasileira.

Presente em praticamente todos os lares do país, do mais remoto vilarejo amazônico aos grandes centros urbanos, o GLP é muito mais do que um simples combustível; ele é um vetor de segurança alimentar, de saúde pública e de desenvolvimento econômico. A sua chama azul é o símbolo de refeições preparadas, de água aquecida e de inúmeros processos industriais e comerciais que dependem de uma fonte de energia eficiente, digna e altamente transportável.

No entanto, a trajetória de sucesso e a confiabilidade que hoje associamos ao GLP no Brasil não foram construídas da noite para o dia. Elas são o resultado de um longo processo de amadurecimento do setor, marcado por desafios profundos, crises de identidade e, fundamentalmente, por uma decisão histórica de assumir a responsabilidade pelo próprio destino.

Historicamente, o GLP no Brasil passou por diversas fases, desde sua introdução pioneira em 1937 por Ernesto Igel, que fundou a Empresa Brasileira de Gás a Domicílio (futura Ultragaz), até um período de intensa intervenção estatal. Nos primeiros anos, o GLP era uma novidade que prometia modernidade e conveniência, rapidamente conquistando os lares brasileiros. Contudo, a expansão inicial foi marcada por desafios logísticos e pela dependência de importações, especialmente durante os anos da Segunda Guerra Mundial.

A partir da década de 1950, com a criação da Petrobras, o setor de GLP passou a operar sob um regime de forte controle governamental, com preços tabelados e subsídios que, embora buscassem garantir o acesso da população, geraram distorções significativas no mercado e desestimularam investimentos privados na infraestrutura e na inovação, e criaram um ambiente propício à informalidade. Esse cenário de intervenção estatal, que se estendeu até os anos 1980,

culminou em um mercado engessado, com problemas de abastecimento e crescentes preocupações com a segurança.

O ano de 1996 representa um verdadeiro divisor de águas na história do abastecimento de energia no Brasil. Foi nesse momento que o setor de distribuição de GLP, ciente das graves deficiências estruturais e dos riscos crescentes que ameaçavam a segurança dos consumidores e a credibilidade das empresas, deu um passo decisivo rumo à modernização. A criação do **Código de Autorregulamentação** – fundamentado nos pilares da **Liberdade de Preço, Respeito à Marca, Garantia de Qualidade e Compromisso com a Segurança** – não foi apenas uma resposta a uma crise iminente, mas sim a fundação de um novo paradigma de atuação empresarial. Este documento simbolizou

O GLP é muito mais do que um simples combustível; ele é um vetor de segurança alimentar, de saúde pública e de desenvolvimento econômico.

a retomada de um mercado mais estruturado, competitivo e, acima de tudo, comprometido, de forma inegociável, com o bem-estar e a segurança do consumidor final.

A iniciativa da autorregulamentação surgiu da necessidade de o setor privado preencher lacunas deixadas pela desregulamentação governamental, que, embora visasse à liberalização, não havia estabelecido mecanismos robustos para garantir a segurança e a qualidade do produto.

Ao celebrarmos, em 2026, os 30 anos da assinatura deste Código, não estamos apenas comemorando um aniversário institucional. Estamos, na verdade, celebrando uma decisão corajosa que ajudou a consolidar o GLP como uma energia essencial, segura e acessível para milhões de brasileiros.

A autorregulamentação provou que é possível alinhar os interesses da livre iniciativa com as necessidades prementes da sociedade, criando um ambiente onde a concorrência saudável impulsiona a melhoria contínua dos serviços e a elevação dos padrões de segurança.

O Código consolidou princípios que hoje parecem óbvios, mas que, na época, exigiram uma profunda mudança de mentalidade:

- » Liberdade de preços para estimular a eficiência.
- » Respeito às marcas para garantir o monitoramento e a responsabilidade civil.
- » Garantia de qualidade do produto entregue.
- » Compromisso com a integridade física dos recipientes e das instalações.

A transição de um modelo centralizado para um modelo de mercado exigiu que as empresas assumissem um papel mais ativo na governança do setor, o que culminou na criação de um conjunto de regras e práticas que se tornaram referência.

Mais do que um marco teórico ou uma declaração de boas intenções, o Código de Autorregulamentação desencadeou transformações concretas e palpáveis na infraestrutura do país. A partir dele, foram estruturados processos complexos e inéditos, como a destroca de cilindros entre empresas distribuidoras concorrentes – um exemplo

Mais do que um marco teórico ou uma declaração de boas intenções, o Código de Autorregulamentação desencadeou transformações concretas e palpáveis na infraestrutura do país.

notável de logística reversa e cooperação em prol do interesse público. Além disso, instituiu-se um amplo e rigoroso programa de requalificação de botijões, que retirou de circulação inúmeros recipientes danificados e representou um investimento superior a um bilhão de reais ao longo das décadas.

O resultado dessas ações foi histórico e mensurável: observou-se uma queda significativa e sustentada nos índices de acidentes envolvendo GLP, uma elevação sem precedentes dos padrões operacionais em toda a cadeia produtiva e o fortalecimento inabalável da confiança do consumidor no produto que leva para

dentro de sua casa. Essa mudança de paradigma não só melhorou a segurança, mas também impulsionou a inovação e a competitividade no setor.

Trinta anos depois de sua concepção, o Código de Autorregulamentação permanece não apenas como um documento histórico, mas como um exemplo vivo e atual de que a autorregulação responsável, quando aliada a investimentos estruturais consistentes e a uma visão de longo prazo, gera impactos reais e positivos na segurança pública, na dinâmica econômica e na credibilidade de todo um setor industrial.

Este e-book tem como objetivo resgatar essa trajetória fascinante. Ao longo das próximas páginas, mergulharemos nas raízes históricas do GLP no Brasil, compreenderemos o cenário caótico que antecedeu 1996, detalharemos os bastidores da criação do Código e analisaremos os seus impactos profundos na sociedade brasileira. Por fim, lançaremos um olhar para o futuro, explorando como os princípios estabelecidos há três décadas continuam a guiar o setor diante dos novos desafios da transição energética e da inovação tecnológica.

Esta é uma história de superação, de responsabilidade compartilhada e, acima de tudo, de um compromisso duradouro com o Brasil.

As primeiras décadas da distribuição de GLP no Brasil

Os pioneiros (1937-1949)

A era da intervenção estatal e seus desafios (1950-1980)

O cenário de desregulamentação e a crise de segurança (1990-1995)

A necessidade urgente de mudança

A construção de soluções setoriais: o papel do Sindigás





Os pioneiros (1937-1949)

A história do Gás Liquefeito de Petróleo no Brasil teve seu início na década de 1930, transformando profundamente a matriz energética e os hábitos de consumo do país. Nessa época, a cultura de segurança e saúde pública ainda era embrionária, e a inovação tecnológica avançava muito mais rápido que a gestão de riscos. Acidentes ocorriam com frequência por falta de regulamentação severa do Estado ou das empresas, fazendo com

A conveniência e a eficiência desse novo combustível rapidamente conquistaram os primeiros consumidores, demonstrando o potencial de crescimento exponencial do produto.

que o risco fizesse parte da rotina. Nos ambientes de trabalho, a ausência de normas resultava em tragédias. Nas casas, a água e os alimentos, assim como o descarte de lixo, não tinham fiscalização sanitária, enquanto os fogões a lenha causavam incêndios e problemas respiratórios.

Em 1937, um desastre ocorrido em Nova Jersey, com o dirigível Hindenburg tornou-se um símbolo dessa era, fazendo com que a população deixasse de confiar nesse meio de transporte. Havia no Rio de Janeiro um hangar do dirigível Zeppelin, com grande estoque de gases combustíveis, armazenados no local, mas aquele gás estocado ficou sem uso. Foi quando um imigrante austríaco, Ernesto Igel, teve a ideia de aproveitá-lo para uso doméstico e industrial. Em viagem à Europa, procurou conhecer técnicas de engarrafamento em botijões e, de volta ao Brasil, fundou a Empresa Brasileira de Gás a Domicílio, que teria mais tarde o nome Ultragaz.

A distribuição do gás exigia a importação de botijões e equipamentos especializados, um desafio logístico considerável. Mas a conveniência e a eficiência desse novo combustível

rapidamente conquistaram os primeiros consumidores, demonstrando o potencial de crescimento exponencial do produto, e em poucos anos, milhares de famílias brasileiras já utilizariam o GLP para o preparo de suas refeições no dia a dia.

Porém, os anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) impuseram desafios significativos ao mercado de GLP. A dependência de importações de botijões, fogões e outros equipamentos essenciais dificultou a expansão e o abastecimento, evidenciando a vulnerabilidade de uma indústria ainda em formação e a necessidade de autossuficiência. A escassez de materiais e as dificuldades de transporte marítimo durante o conflito global limitaram severamente o crescimento do setor. Contudo, o período pós-guerra trouxe um novo fôlego e a retomada do desenvolvimento.

A partir de 1946, a entrada de novos players no mercado de GLP e a expansão da infraestrutura logística, com a construção de grandes terminais de gás no Rio de Janeiro e em São Paulo, sinalizaram a crescente atratividade do setor e a percepção de seu potencial de expansão, solidificando as bases para uma distribuição em maior escala e mais eficiente. Estava preparado o terreno para a popularização do GLP em todo o território nacional.

A era da intervenção estatal e seus desafios (1950-1980)

A partir da década de 1950, o cenário do GLP no Brasil começou a ser moldado por uma crescente intervenção estatal, reflexo de uma política econômica nacionalista e desenvolvimentista. A criação da Petrobras em 1953, com o monopólio estatal sobre as atividades de exploração, produção e refino de petróleo, com forte influência sobre o mercado de GLP, marcou o início de uma nova era. Embora a presença da estatal tenha garantido o fornecimento em larga escala e a segurança energética do país, ela também inaugurou um período de forte controle governamental sobre o setor. Os preços do GLP eram tabelados e fortemente subsidiados, uma política que, embora visasse garantir o acesso da população, gerava distorções significativas no mercado, desestimulando investimentos privados na infraestrutura e na inovação, além de criar um ambiente propício à informalidade e à ineficiência. Essa intervenção atingiu seu ápice nas décadas de 1970 e 1980, período marcado por crises do petróleo e pela busca por maior controle governamental sobre os recursos energéticos.



Em 1976, uma resolução do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) estabeleceu a obrigatoriedade da "destroca" de botijões, permitindo que as distribuidoras recebessem vasilhames de outras marcas de seus revendedores e os trocassem por seus próprios recipientes. Essa mesma resolução, em uma tentativa de organizar o mercado, proibia

Era preciso evitar a proliferação de práticas irregulares, como o envasilhamento clandestino e a circulação de botijões "O.M." (Outras Marcas) sem o devido controle de qualidade e segurança.

a comercialização de GLP em botijões de terceiros. Era preciso evitar a proliferação de práticas irregulares, como o envasilhamento clandestino e a circulação de botijões "O.M." (Outras Marcas) sem o devido controle de qualidade e segurança.

Em 1978, outra resolução do CNP impôs restrições ao uso do GLP, limitando sua aplicação em certas atividades industriais e comerciais, reflexo dos altos custos dos subsídios que pesavam sobre os cofres públicos e da necessidade de racionalizar o consumo. Esse período foi caracterizado por um modelo de intervenção estatal que, apesar de suas intenções de garantir o acesso e a estabilidade, resultou em um mercado engessado, com pouca competitividade, ineficiência na distribuição e crescentes problemas de segurança e abastecimento, que culminariam em uma crise na década seguinte.

O cenário de desregulamentação e a crise de segurança (1990-1995)

A virada para a década de 1990 trouxe consigo um novo panorama econômico e político no Brasil, marcado por um movimento global de desregulamentação e liberalização de mercados, impulsionado por uma nova filosofia econômica que pregava a redução do papel do Estado na economia.

Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) em 1991. No entanto, a implementação efetiva de tal programa esbarrava na falta de um arcabouço regulatório e de um compromisso setorial robusto.

Esse cenário de desafios, a crescente demanda por um mercado mais seguro e confiável, e a percepção de que a inação não era mais uma opção, pavimentaram o caminho para a decisão histórica das empresas distribuidoras de GLP: a criação do Código de Autorregulamentação, um marco que redefiniria a relação entre o setor, o governo e a sociedade.

A necessidade urgente de mudança

O período que antecedeu a autorregulamentação em 1996 foi marcado por uma crescente percepção de que o setor de GLP no Brasil enfrentava uma **crise profunda**, que ameaçava não apenas a sua sustentabilidade econômica, mas, principalmente, a segurança e a confiança dos consumidores.

A desregulamentação, embora bem-intencionada em seus objetivos de liberalização, havia exposto as fragilidades de um sistema que, por décadas, operou sob um regime de controle estatal excessivo. A retirada gradual do Estado, sem a concomitante criação de mecanismos de controle e responsabilidade por parte do setor privado, gerou um vácuo regulatório que foi rapidamente preenchido por práticas informais e, muitas vezes, perigosas.

A desregulamentação, embora bem-intencionada em seus objetivos de liberalização, havia exposto as fragilidades de um sistema que, por décadas, operou sob um regime de controle estatal excessivo.

Os problemas eram multifacetados e interligados. A proliferação de botijões “O.M.” (Outras Marcas) e o envasilhamento clandestino eram sintomas de um mercado desorganizado, onde o monitoramento e a responsabilização tornavam-se praticamente impossíveis. Isso significava que um botijão envasilhado por uma empresa poderia estar em circulação sem

que o agente econômico autorizado a utilizar a marca estampada no recipiente tivesse qualquer controle sobre sua manutenção ou segurança, e sem que se pudesse identificar os verdadeiros responsáveis. A consequência direta era o aumento de acidentes, muitos deles fatais, causados por vazamentos e falhas estruturais em botijões que não passavam por inspeções adequadas. A mídia frequentemente noticiava esses incidentes,

gerando um clima de desconfiança e medo em relação ao uso do GLP, o que, por sua vez, impactava negativamente a imagem de todo o setor.

Além dos riscos à segurança, a crise também se manifestava em termos econômicos. A concorrência desleal, impulsionada pela informalidade, prejudicava as empresas que operavam dentro da legalidade, desestimulando investimentos em infraestrutura e inovação. A falta de padronização e a precariedade dos botijões em circulação geravam custos adicionais para as distribuidoras, que precisavam lidar com um parque de vasilhames heterogêneo e, muitas vezes, em mau estado. O mercado estava estagnado, com poucas perspectivas de crescimento e modernização, e a intervenção estatal, que antes parecia ser a solução, agora era vista como parte do problema, pois havia criado um ambiente de dependência e falta de iniciativa por parte do setor privado.

Nesse contexto, a necessidade de uma mudança radical tornou-se inadiável. Era preciso que o setor assumisse a responsabilidade por seus próprios desafios, criando um modelo de governança que garantisse a segurança, a qualidade e a competitividade. A autorregulamentação surgiu como uma saída viável para resgatar a credibilidade do GLP e assegurar seu futuro como uma fonte de energia essencial para o Brasil. A decisão de 1996 não foi apenas uma resposta a uma crise, mas um ato de visão e coragem. As empresas entenderam que o futuro do GLP dependia de sua capacidade de se reinventar e de se comprometer com os mais altos padrões de responsabilidade social e empresarial.

A construção de soluções setoriais: o papel do Sindigás

A criação do Código de Autorregulamentação em 1996 não foi um evento isolado, mas o culminar de um intenso processo de diálogo setorial, amadurecimento institucional e busca por soluções para desafios comuns relacionados à segurança, à qualidade e à gestão dos recipientes envolvendo agentes econômicos, entidades representativas e demais atores públicos e privados relacionados ao setor de GLP, sob a liderança do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás). Como entidade representativa do setor, o Sindigás desempenhou um papel crucial na articulação dos

interesses das empresas, na facilitação do diálogo com os diversos segmentos envolvidos neste mercado e na formulação das diretrizes que viriam a compor o Código.

O desafio era imenso. Reunir empresas concorrentes em torno de um objetivo comum, especialmente em um mercado tão competitivo e com histórico de intervenção estatal, exigiu uma grande capacidade de diálogo e a participação ativa dos representantes das empresas do setor. O Sindigás atuou como um fórum neutro, onde as distribuidoras puderam discutir abertamente os problemas, compartilhar suas preocupações e buscar soluções conjuntas. A percepção de que a crise de segurança e a informalidade afetavam a todos, independentemente da marca, especialmente aos consumidores e à própria imagem do produto, foi um fator determinante para a união das empresas em torno da causa da autorregulamentação.

O resultado foi um Código de Autorregulamentação que refletia o compromisso coletivo das empresas com a segurança, a qualidade e a ética nos negócios. A assinatura do Código em 1996 não foi apenas um ato formal, mas a materialização de um novo pacto social entre o setor de GLP e a sociedade brasileira.

As discussões envolveram a análise de modelos de regulamentação em outros países, a avaliação das melhores práticas de segurança e qualidade, e a definição dos princípios que deveriam nortear o novo Código. A participação de especialistas, consultores e representantes de órgãos governamentais também foi fundamental para enriquecer o debate e garantir que as diretrizes propostas fossem robustas e alinhadas com as expectativas da sociedade. O processo de construção dessas soluções setoriais foi gradual e desafiador, mas prevaleceu a resiliência do Sindigás e das distribuidoras no sentido de encontrar a melhor solução possível.

O resultado foi um Código de Autorregulamentação que refletia o compromisso coletivo das empresas com a segurança, a qualidade e a ética nos negócios. A assinatura do Código em 1996 não foi apenas um ato formal, mas a materialização de um novo pacto social entre o setor de GLP e a sociedade brasileira.

O Sindigás, ao liderar esse processo, consolidou sua posição como um ator fundamental na governança do setor, demonstrando a capacidade da iniciativa privada de se organizar, em completo alinhamento com os órgãos governamentais e regulatórios, assumindo a responsabilidade por seus próprios desafios, em benefício de todos.

A virada do jogo (1996)

O contexto da mudança:
desregulamentação e a necessidade de um novo modelo

A gênese do código

Os pilares fundamentais

O apoio regulatório: portarias e resoluções

A autorregulamentação como modelo de governança setorial

Desafios na implementação

A autorregulamentação como
instrumento de adaptação e resiliência



O contexto da mudança: a desregulamentação e a necessidade de um novo modelo

A década de 1990 foi um período de profundas transformações econômicas e políticas no Brasil, marcado por um movimento global de desregulamentação e liberalização de mercados, impulsionado por uma nova filosofia econômica que pregava a redução do papel do Estado na economia.

No setor do GLP, essa tendência se manifestou na gradual retirada da intervenção estatal que havia caracterizado as décadas anteriores. O "Programa Federal de Desregulamentação" visava reduzir o controle governamental, estimular a concorrência e promover a eficiência. No entanto, essa transição, embora necessária, expôs as fragilidades de um mercado que, por décadas, havia operado sob a égide de um controle rígido e, por vezes, ineficiente.

O modelo de regulação existente, centrado na intervenção estatal, não era mais adequado para garantir a segurança e a eficiência de um setor presente em praticamente 100% dos municípios do território nacional.

O cenário pré-1996 era marcado por uma série de desafios que comprometiam a segurança dos consumidores e a sustentabilidade do próprio setor. A proliferação de botijões em mau estado de conservação, a prática do envasilhamento clandestino e a circulação dos chamados botijões "O.M." (Outras Marcas) – recipientes que eram envasilhados por empresas diferentes da detentora de uso da marca comercial aposta no recipiente – criavam um ambiente de alto risco.

O modelo de regulação existente, centrado na intervenção estatal, não era mais adequado para garantir a segurança e a eficiência de um setor presente em praticamente 100% dos municípios do território nacional. A necessidade de um

novo paradigma, que combinasse a liberdade de mercado com a responsabilidade compartilhada, tornou-se premente. A percepção de que a segurança não poderia ser comprometida em nome da liberalização econômica foi um catalisador fundamental para a busca de soluções inovadoras.

A gênese do novo Código

Diante desse quadro desafiador, as distribuidoras de GLP, representadas pelo Sindigás, reconheceram a urgência de uma ação coletiva. Em vez de esperar por uma nova intervenção governamental, o setor optou por um caminho que reunia responsabilidade social, maturidade e inovação.

Em 1996, foi assinado o **Código de Autorregulamentação – Liberdade de Preço, Marca, Qualidade e Segurança**. Este documento não foi apenas um conjunto de regras; foi um pacto de compromisso entre as empresas, visando à modernização do mercado e à

proteção do consumidor. A decisão de autorregular-se refletiu maturidade e visão de longo prazo por parte das empresas, que entenderam que a sustentabilidade do negócio estava intrinsecamente ligada à confiança, à qualidade e à segurança oferecidas aos seus clientes.

A decisão de autorregular-se refletiu maturidade e visão de longo prazo por parte das empresas, que entenderam que a sustentabilidade do negócio estava intrinsecamente ligada à confiança, à qualidade e à segurança oferecidas aos seus clientes.

O papel do Sindigás e das distribuidoras foi crucial nesse processo, construindo proativamente um arcabouço regulatório, a partir do reconhecimento de que a segurança e a qualidade do produto eram ativos inegociáveis, pois a sustentabilidade do negócio dependia diretamente da confiança do consumidor. A autorregulamentação, nesse contexto, representou um esforço conjunto para elevar os padrões operacionais, combater a informalidade e garantir que o GLP chegasse aos lares com a

máxima segurança. Essa abordagem colaborativa entre os players do mercado foi um diferencial que permitiu a rápida implementação e aceitação das novas diretrizes.



Os pilares fundamentais

O Código de Autorregulamentação de 1996 foi construído sobre quatro pilares que se tornaram a espinha dorsal da atuação do setor e que, até hoje, guiam as práticas das distribuidoras, garantindo um mercado mais justo, seguro e eficiente:

Liberdade de preços – A desregulamentação permitiu que o mercado definisse os preços do GLP, estimulando a concorrência e a eficiência. Essa medida, que culminaria na liberação total dos preços em 2002, visava acabar com as distorções causadas pelos subsídios e controles governamentais, promovendo um ambiente de mercado mais justo e dinâmico. A competição entre as distribuidoras passaria a ser um motor para a melhoria dos serviços e a busca por maior eficiência operacional, beneficiando diretamente o consumidor com mais opções e preços competitivos. A flexibilidade nos preços também fez com que as empresas investissem mais em inovação e na qualidade dos serviços.

Respeito às marcas – Este princípio foi crucial para combater a informalidade e o envasilhamento clandestino, que eram grandes problemas antes da autorregulamentação. O Código estabeleceu que cada botijão deveria ser envasilhado apenas pela distribuidora detentora dos direitos de uso da marca. Isso garantiu o monitoramento do produto e a responsabilização das empresas pela qualidade e segurança de seus recipientes. Foi um passo fundamental para a organização do mercado e a proteção do consumidor, que passou a ter a certeza de que o produto que recebia era de uma empresa com responsabilidade clara.

Garantia de qualidade – O Código reforçou o compromisso das distribuidoras com a qualidade do GLP entregue ao consumidor. Isso envolvia não apenas a pureza do gás, mas também a integridade dos botijões e dos equipamentos de envase. A busca pela excelência na qualidade tornou-se um diferencial competitivo e uma garantia de segurança para os usuários. As empresas passaram a investir em processos de controle de qualidade mais rigorosos, desde a origem do produto até a sua entrega final, assegurando que o GLP chegasse aos lares em conformidade com as normas técnicas e de segurança.

Compromisso com a segurança – Este foi, sem dúvida, o pilar mais importante do Código e a principal motivação para sua criação. Reconhecendo a gravidade dos acidentes e a necessidade de proteger a vida dos consumidores, o setor se comprometeu a implementar medidas rigorosas de segurança. Isso incluía a manutenção e requalificação periódica dos botijões, a fiscalização das revendas e a promoção de campanhas de conscientização sobre o uso seguro do GLP. A segurança deixou de ser uma preocupação secundária para se tornar a prioridade máxima do setor, com as empresas investindo pesadamente em programas de treinamento e na disseminação de boas práticas.

O apoio regulatório: portarias e resoluções

Embora o Código de Autorregulamentação tenha sido uma iniciativa do próprio setor, ele rapidamente encontrou respaldo no arcabouço regulatório governamental, o que foi fundamental para sua efetividade e abrangência.

A **Portaria MME nº 334, de 1º de novembro de 1996**, foi um marco nesse sentido. Ela fixou prazos para a destroca e a requalificação de botijões, conferindo força legal aos princípios estabelecidos pelo Código. Essa portaria transformou as diretrizes da autorregulamentação em obrigações legais, garantindo que todas as distribuidoras, e não apenas as signatárias do Código, aderissem às novas práticas.

A autorregulamentação e a regulação estatal se complementaram, criando um ambiente robusto para o desenvolvimento seguro e eficiente do mercado de GLP no Brasil. Essa sinergia entre a iniciativa privada e o poder público é um dos grandes legados do Código.

No mesmo ano, a **Portaria Inmetro nº 167** determinou as normas da ABNT que seriam aplicadas para a requalificação de recipientes transportáveis de aço para GLP, padronizando os procedimentos e garantindo a qualidade das inspeções em todo o território nacional.

Essas medidas governamentais foram cruciais para a efetividade do Código, transformando as diretrizes da autorregulamentação em obrigações legais e estabelecendo um padrão mínimo de segurança e qualidade para todo o mercado.

A criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 1997, estruturada a partir de 1998, consolidaria ainda mais esse processo, com a agência reguladora incorporando os princípios

da autorregulamentação em suas próprias resoluções e assumindo a fiscalização do setor. A **Resolução ANP nº 15/2005**, por exemplo, estabeleceu os requisitos para a atividade de distribuição, reforçando a obrigatoriedade da marca e a responsabilidade das distribuidoras pela segurança de seus recipientes.

Dessa forma, a autorregulamentação e a regulação estatal se complementaram, criando um ambiente robusto para o desenvolvimento seguro e eficiente do mercado de GLP no Brasil. Essa sinergia entre a iniciativa privada e o poder público é um dos grandes legados do Código, demonstrando como a colaboração pode levar a resultados superiores para a sociedade.

A autorregulamentação como modelo de governança setorial

A implementação do Código de Autorregulamentação em 1996 não foi apenas uma resposta reativa aos desafios do mercado; foi uma proativa e estratégica decisão de estabelecer um novo modelo de governança setorial. Este modelo se baseou na premissa de que a responsabilidade pela segurança e pela qualidade do GLP não poderia ser delegada exclusivamente ao Estado, mas deveria ser compartilhada e assumida pelas próprias empresas que operavam no setor.

Este modelo de governança setorial também serviu como um catalisador para a inovação. Ao invés de serem meros cumpridores de normas impostas, as empresas passaram a ser ativamente envolvidas na formulação e no aprimoramento dessas normas.

Essa mudança de paradigma representou um amadurecimento significativo da indústria, que passou a se ver não apenas como um conjunto de concorrentes, mas como um ecossistema interdependente, onde a reputação e a segurança de um afetam a todos.

O Sindigás, como entidade representativa das distribuidoras, desempenhou um papel central na facilitação e na articulação desse esforço. A criação de um ambiente institucional para o debate dos desafios comuns do setor e para construção de soluções voltadas à segurança operacional, à qualidade dos recipientes, à rastreabilidade e à proteção dos consumidores foi um marco importantíssimo. A autorregulamentação permitiu uma agilidade na adaptação às novas realidades do mercado que a regulação estatal, por sua natureza mais lenta e burocrática, dificilmente conseguiria replicar.

As empresas, ao se comprometerem voluntariamente com as diretrizes do Código, demonstraram um alto grau de responsabilidade social e empresarial, o que, por sua vez, fortaleceu a confiança do público e das autoridades reguladoras no setor.

Este modelo de governança setorial também serviu como um catalisador para a inovação. Ao invés de serem meros cumpridores de normas impostas, as empresas passaram a ser ativamente envolvidas na formulação e no aprimoramento dessas normas. Isso incentivou a busca por soluções mais eficientes e seguras, como o desenvolvimento de tecnologias para a requalificação de botijões e a otimização dos processos de destroca. A autorregulamentação, portanto, não foi um fim em si mesma, mas um meio para promover um ciclo virtuoso de melhoria contínua, onde a segurança e a eficiência se retroalimentam, impulsionando o desenvolvimento sustentável do setor de GLP no Brasil.

Desafios na implementação

Apesar da visão e do compromisso demonstrados na criação do Código de Autorregulamentação, sua implementação não foi isenta de desafios. A transição de um modelo de forte intervenção estatal para um sistema de autorresponsabilidade exigiu uma mudança cultural significativa, tanto por parte das empresas quanto dos órgãos reguladores e dos consumidores.

Um dos principais obstáculos foi a resistência inicial de alguns agentes do mercado, que estavam acostumados com o modelo anterior e viam as novas regras como um fardo adicional. A necessidade de investir em infraestrutura para a destroca e a requalificação, por exemplo, representou um custo considerável para as distribuidoras, que precisaram se adaptar a um novo cenário de investimentos e responsabilidades.

Outro desafio importante foi o **combate à informalidade**. Mesmo com a implementação do Código e o apoio regulatório da Portaria MME nº 334/1996, a prática do envasilhamento clandestino e a circulação de botijões “O.M.” persistiram por um tempo. A fiscalização se tornou uma tarefa complexa, exigindo a colaboração entre as distribuidoras, o Sindigás e os órgãos governamentais, como a ANP e o Inmetro. A conscientização dos consumidores sobre os riscos de se adquirir GLP de fontes não autorizadas também foi fundamental para minar a base de atuação dos agentes informais. A construção de um mercado formal e seguro exigiu um esforço contínuo e coordenado, com campanhas educativas e ações de fiscalização visando proteger o consumidor e garantir a conformidade.

A **padronização dos processos de destroca e requalificação** também apresentou desafios técnicos e operacionais. A diversidade de modelos de botijões, as diferentes condições de uso e a necessidade de garantir a uniformidade dos procedimentos em todo o território nacional exigiram um esforço considerável de harmonização. A colaboração com o Inmetro e a ABNT foi crucial para o desenvolvimento de normas técnicas que pudessem ser aplicadas de forma consistente, garantindo a qualidade e a segurança dos botijões requalificados.

No entanto, a superação desses desafios demonstrou a resiliência e a capacidade de adaptação do setor de GLP. A persistência na aplicação dos princípios do Código, aliada ao apoio regulatório e à conscientização dos consumidores, permitiu que o modelo da autorregulamentação se consolidasse como um sucesso, transformando o mercado de GLP em um exemplo de inovação, segurança e compromisso. A história da implementação do Código é, portanto, uma prova de que a colaboração e a visão de longo prazo podem superar os obstáculos mais complexos, gerando benefícios duradouros para toda a sociedade.

A autorregulamentação como instrumento de adaptação e resiliência

Decorridos 30 anos de sua criação, o Código de Autorregulamentação demonstra ter sido mais do que um conjunto de regras; ele pode ser reconhecido como uma **ferramenta de adaptação e resiliência** para o setor de GLP no Brasil. Em um ambiente de constantes mudanças, tanto no cenário econômico quanto no regulatório e tecnológico, a capacidade de o setor se auto-organizar e se adaptar rapidamente às novas realidades foi crucial para sua sobrevivência e prosperidade. A autorregulamentação permitiu que as empresas respondessem de forma ágil a desafios emergentes.

Um exemplo claro dessa adaptabilidade foi a forma como o setor lidou com a evolução das **tecnologias de envase e distribuição**. À medida que novas técnicas e equipamentos surgiam, as portarias e resoluções dos órgãos reguladores, assim como os procedimentos das empresas, foram sendo atualizados para incorporar essas inovações, mantendo-se intactos os pilares fundamentais e garantindo que a segurança e a qualidade permanecessem no centro das operações. A flexibilidade do modelo da autorregulamentação permitiu que o setor experimentasse e adotasse soluções mais eficientes, como a digitalização dos processos de monitoramento e a otimização da logística de destroca, sem a necessidade de esperar por longos processos de aprovação governamental.

Além disso, a autorregulamentação se mostrou fundamental para a **resiliência do setor diante de crises**. Em momentos de instabilidade econômica ou de mudanças abruptas no cenário energético, a capacidade do setor de articular respostas institucionais e atuar com um propósito comum foi essencial para mitigar impactos e garantir o abastecimento contínuo de GLP para a população. A confiança mútua construída entre as distribuidoras, por meio do Código, permitiu que o setor se unisse para enfrentar desafios coletivos, protegendo os interesses dos consumidores e a integridade do mercado.

Essa capacidade de adaptação e resiliência é um dos maiores legados da autorregulamentação. Ela demonstra que um setor maduro e mais responsável pode ser um agente ativo na construção de seu próprio futuro, antecipando tendências, inovando e garantindo a sustentabilidade de suas operações. O Código de Autorregulamentação, portanto, não representa um documento estático, mas a semente de uma cultura setorial de boas práticas e autorresponsabilidade que permanece em evolução, garantindo que o GLP continue a ser uma fonte de energia segura, eficiente e relevante para o Brasil.

3

Os pilares em ação: destroca e requalificação

Um modelo de logística reversa e cooperação

O Programa Nacional de Requalificação de Botijões:
investimento em segurança

A fiscalização e o papel da ANP

Aprimoramento contínuo

Manutenção preventiva e inovação em materiais

O impacto na inovação e na tecnologia



Um modelo de logística reversa e cooperação

Um dos mecanismos mais inovadores e eficazes introduzidos pelo Código de Autorregulamentação foi a **destroca de cilindros**. Antes de 1996, a prática de envasilhamento de botijões "O.M." era um problema crônico que gerava uma série de desafios. Essa prática, de uma empresa utilizar botijões dos quais não detinha o direito de uso da marca ostentada no recipiente, comprometia a segurança, pois a distribuidora que envasava um botijão de outra marca não

Ao garantir que cada botijão retornasse à empresa detentora dos direitos de uso da marca nele estampada, o sistema assegurou que a responsabilidade pela manutenção e segurança do recipiente recaísse sobre quem estampou nele sua marca.

tinha responsabilidade sobre a manutenção e a integridade daquele recipiente. Isso resultava em uma diluição da responsabilidade em caso de acidentes e dificultava o controle de qualidade e a fiscalização. A destroca, por sua vez, estabeleceu um sistema onde as distribuidoras se comprometem a receber de seus revendedores botijões de outras marcas e, posteriormente, devolvê-los às suas respectivas responsáveis para que sejam inspecionados, requalificados e reenvasados. Esse processo, complexo e coordenado, é fundamental para organizar o mercado e garantir a segurança.

Este sistema representou um avanço significativo em termos de **logística reversa** e **cooperação interempresarial**. Em um mercado

altamente competitivo, a ideia de que empresas rivais colaborassem entre si na gestão de seus ativos parecia, à primeira vista, contraintuitiva. No entanto, a destroca provou ser uma solução inteligente e pragmática, impulsionada pela necessidade comum de elevar os padrões de segurança e a credibilidade do setor.

Ao garantir que cada botijão retornasse à empresa detentora dos direitos de uso da marca nele estampada, o sistema assegurou que a responsabilidade pela manutenção e segurança do recipiente recaísse sobre quem estampou nele sua marca. Isso não apenas aumentou a segurança para o consumidor, que passou a ter a garantia de que seu botijão é mantido por quem o colocou em circulação, mas também incentivou as distribuidoras a investirem na qualidade e durabilidade dos botijões sob sua responsabilidade, uma vez que seriam responsáveis por sua manutenção ao longo de toda a vida útil.

Os **centros de destroca** foram criados para operacionalizar esse complexo fluxo logístico. Nesses centros, os botijões de diferentes marcas são coletados, separados e encaminhados para as respectivas distribuidoras. Esse processo, que envolve uma

vasta rede de transporte e armazenamento, é um dos mais bem sucedidos exemplos de logística reversa do mundo, operando de forma eficiente entre concorrentes.

A eficácia da destroca é fundamental para combater a informalidade, garantir o monitoramento do produto e fortalecer a confiança do consumidor, que passou a ter a certeza de que o botijão que chegava à sua casa havia sido inspecionado e envasilhado por uma empresa responsável e comprometida com a segurança.

A implementação desse sistema exigiu um alto grau de coordenação e investimento em infraestrutura logística, mas os resultados em termos de segurança e organização do mercado justificam plenamente o esforço.

O Programa Nacional de Requalificação de Botijões: investimento em segurança

Paralelamente à destroca, o Código de Autorregulamentação instituiu o **Programa Nacional de Requalificação de Botijões**, uma resposta direta à preocupação com a segurança dos

recipientes de GLP, muitos dos quais estavam em condições precárias devido ao uso prolongado, à falta de manutenção adequada e à informalidade no envasilhamento “O.M.”.

A requalificação consiste em um processo rigoroso de inspeção, manutenção e teste dos botijões, garantindo que eles atendam aos mais altos padrões de segurança antes de serem novamente colocados em circulação. Esse processo é fundamental para prevenir acidentes e garantir a integridade física dos usuários.

A **Portaria Inmetro nº 167, de 1996**, foi um marco legal que estabeleceu as normas técnicas da ABNT a serem aplicadas no processo de requalificação, padronizando os procedimentos e garantindo a uniformidade e a qualidade das inspeções em todo o país. O programa determinou que, após os primeiros quinze anos de vida

útil, os botijões deveriam ser requalificados a cada dez anos. Esse ciclo de manutenção preventiva é crucial para assegurar a integridade estrutural dos recipientes, que estão sujeitos a desgastes naturais e a condições de uso variadas, e para prevenir acidentes causados por falhas no material ou na estrutura do botijão.

Os números do Programa de Requalificação são impressionantes e demonstram o compromisso do setor com a segurança. Três décadas após a implementação, os investimentos acumulados em requalificação de botijões superaram a marca de R\$ 1 bilhão.

Os números do Programa de Requalificação são impressionantes e demonstram o compromisso do setor com a segurança. Três décadas após a implementação, os investimentos acumulados em requalificação de botijões superaram a marca de **R\$ 1 bilhão**, um valor que reflete a magnitude do esforço e a prioridade dada à segurança.

Ao concluir esta primeira fase da Autorregulamentação, com o Programa de Requalificação de Botijões, o setor de distribuição de GLP no Brasil apresentava o **melhor parque de cilindros de todo o mundo**, saindo da precariedade para um ambiente de absoluta segurança através do incentivo aos vetores econômicos mais adequados, em benefício de toda a população.

Somente em 2023, mais de **14,1 milhões de botijões** foram submetidos ao processo de requalificação, e impressionantes **471 mil** foram inutilizados por não atenderem aos requisitos de segurança, sendo retirados permanentemente de circulação. Esses dados evidenciam a escala e a importância histórica do programa, cujos efeitos continuam contribuindo para renovação e segurança do parque de aproximadamente **140,8 milhões de recipientes em circulação no Brasil**.

A requalificação não é apenas uma exigência regulatória; é uma prática essencial que salvaguarda vidas e fortalece a confiança do consumidor no produto, garantindo que o GLP continue sendo uma fonte de energia segura e confiável.

A fiscalização e o papel da ANP

Com a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 1997/1998, os princípios e diretrizes defendidos pelo Código de Autorregulamentação passaram a encontrar convergência com a evolução do ambiente regulatório. A ANP, como órgão regulador, refletiu diversos compromissos assumidos pelo setor no âmbito da autorregulamentação em suas próprias resoluções, conferindo-lhes um importante marco para uma regulamentação estatal próspera na fiscalização e no cumprimento das normas.



Isso criou um ambiente onde a autorregulamentação e a regulação estatal atuam em sinergia, garantindo a conformidade e a segurança em toda a cadeia de valor do GLP. A ANP atua como um guardião dos interesses públicos, assegurando que as práticas do setor estejam alinhadas com as melhores práticas de segurança e qualidade.

A fiscalização da ANP, somada aos compromissos e iniciativas de aprimoramento promovidos pelo setor e pelo Sindigás, assegura que as distribuidoras e revendedoras cumpram as normas de segurança, desde o envase até a entrega ao consumidor final.

Essa convergência entre iniciativas setoriais e evolução regulatória é um exemplo de como a colaboração pode gerar resultados positivos para a sociedade, promovendo um mercado mais justo, competitivo e, acima de tudo, seguro.

A combinação da iniciativa privada com a supervisão governamental tem sido fundamental para o sucesso e a longevidade dos mecanismos de segurança, controle e qualidade desenvolvidos ao longo das últimas décadas no setor de GLP no Brasil. A atuação da ANP complementa e fortalece a evolução contínua das boas práticas adotadas pelos agentes econômicos, garantindo que a segurança e a qualidade sejam prioridades inegociáveis, que as normas sejam seguidas e que o mercado opere de forma responsável e transparente.

Aprimoramento contínuo

Desde a sua implementação em 1996, os programas de destroca e requalificação de botijões não permaneceram estáticos; eles passaram por um processo contínuo de aprimoramento e adaptação às novas realidades tecnológicas e de mercado. A experiência acumulada ao longo de três décadas permitiu que o setor identificasse gargalos, otimizasse processos

e incorporasse novas tecnologias para tornar esses pilares da autorregulamentação ainda mais eficientes e seguros.

A capacidade de monitorar o ciclo de cada botijão, desde o envase até a requalificação e o retorno ao mercado, tornou-se uma ferramenta poderosa para garantir a segurança e combater a informalidade.

No que tange à **destroca**, a evolução se deu principalmente na **otimização logística** e na **digitalização dos processos**. Inicialmente, a gestão dos centros de destroca e o monitoramento dos botijões eram feitos de forma mais manual. Com o avanço da tecnologia, sistemas de gestão de frotas começaram a ser implementados. Essas inovações permitiram um controle mais preciso sobre o fluxo dos botijões, reduzindo perdas, agilizando o processo de devolução às distribuidoras proprietárias e aumentando a eficiência de toda

a cadeia logística. A capacidade de monitorar o ciclo de cada botijão, desde o envase até a requalificação e o retorno ao mercado, tornou-se uma ferramenta poderosa para garantir a segurança e combater a informalidade.

Já o **Programa Nacional de Requalificação de Botijões** viu um avanço significativo nas **tecnologias de inspeção e manutenção**. As técnicas de ultrassom, radiografia e testes hidrostáticos e pneumáticos foram aprimoradas, permitindo uma detecção mais precisa de falhas e desgastes nos recipientes. Além disso, a automação de algumas etapas do

processo de requalificação aumentou a capacidade de processamento e a padronização dos procedimentos, garantindo que os botijões fossem inspecionados e reparados periodicamente com a máxima eficiência e rigor.

A **colaboração com o Inmetro e a ABNT** também foi fundamental para a atualização constante das normas técnicas, assegurando que o programa estivesse sempre alinhado com as melhores práticas internacionais de segurança.

Um exemplo notável do aprimoramento contínuo é a atenção dedicada à **capacitação profissional**. A complexidade dos processos de destroca e requalificação exige mão de obra altamente especializada. O setor investiu na criação de programas de treinamento e certificação para os profissionais envolvidos, garantindo que eles possuam o conhecimento e as habilidades necessárias para operar os equipamentos, realizar as inspeções e aplicar as normas de segurança de forma rigorosa. Essa valorização do capital humano é um componente essencial para a manutenção dos altos padrões de segurança e eficiência alcançados pelo setor.

Em resumo, a evolução da destroca e da requalificação ao longo das três décadas subsequentes à implementação da autorregulamentação evidencia o legado deixado por essa iniciativa sobre a capacidade do setor de GLP de não apenas criar, mas também de sustentar e aprimorar continuamente seus mecanismos de segurança e eficiência. Essa **busca incessante pela excelência** é um dos pilares que garantem a confiabilidade do GLP como uma fonte de energia segura e essencial para o Brasil.

Manutenção preventiva e inovação em materiais

Além dos processos de destroca e requalificação, a autorregulamentação do GLP no Brasil também impulsionou a importância da **manutenção preventiva** e da **inovação em materiais** para garantir a segurança e a longevidade dos botijões. A compreensão de que a segurança não se limita apenas à inspeção periódica, mas também à qualidade intrínseca do recipiente e à sua capacidade de resistir ao desgaste do tempo e do uso, levou o setor a investir em pesquisa e desenvolvimento de novos materiais e tecnologias de fabricação.

A manutenção preventiva dos botijões de GLP é um aspecto crucial que complementa o programa de requalificação. Isso inclui a inspeção visual regular, a verificação de vaza-



mentos, a substituição de válvulas e anéis de vedação, e a pintura protetora para evitar a corrosão. As distribuidoras, cientes de sua responsabilidade pela integridade de seus ativos, implementaram programas internos de manutenção que vão além das exigências regulatórias, buscando garantir que cada botijão em circulação esteja sempre nas melhores condições possíveis. Essa **abordagem proativa** contribui significativamente para a redução de acidentes e para a extensão da vida útil dos recipientes.

A inovação em materiais também tem desempenhado um papel crescente. A busca por ligas metálicas mais resistentes à corrosão e ao impacto, o desenvolvimento de novos revestimentos protetores e a otimização do design dos botijões são áreas de constante pesquisa. Embora o botijão de aço ainda seja o padrão, a indústria tem explorado alternativas, como botijões de materiais compósitos, que oferecem vantagens em termos de peso, resistência e segurança. Essas inovações não apenas aumentam a segurança, mas também contribuem para a eficiência logística, reduzindo o peso dos botijões e, consequentemente, os custos de transporte.

Além disso, o monitoramento dos materiais utilizados na fabricação e na manutenção dos botijões têm se tornado cada vez mais sofisticados. Esse monitoramento completo é fundamental para garantir a conformidade com as normas de segurança, combater a falsificação e assegurar que apenas materiais de alta qualidade sejam utilizados na cadeia de produção e manutenção.

Em suma, a manutenção preventiva e a inovação em materiais são componentes essenciais da estratégia de segurança do setor de GLP no Brasil. Elas demonstram o compromisso contínuo das distribuidoras em ir além das exigências mínimas, buscando constantemente aprimorar a qualidade e a segurança de seus produtos. Essa abordagem holística, que combina a requalificação periódica com a manutenção preventiva e a inovação tecnológica, é o que garante a confiabilidade e a segurança do GLP como uma fonte de energia essencial para o país.

O impacto na inovação e na tecnologia

A autorregulamentação do GLP no Brasil não se limitou a estabelecer padrões de segurança e qualidade; ela também atuou como um catalisador para a **inovação e o desenvolvimento tecnológico** no setor. Ao exigir que as distribuidoras assumissem a responsabilidade pela integridade de seus botijões e pela eficiência de seus processos, o Código incentivou a busca por soluções mais avançadas e eficientes. A necessidade de requalificar milhões de botijões e de gerenciar a complexa logística da destroca impulsionou investimentos em pesquisa e desenvolvimento, resultando em avanços significativos em diversas áreas.

Além da **evolução das** já mencionadas **tecnologias de inspeção, manutenção, digitalização e monitoramento** dos botijões, revolucionando a gestão da cadeia de suprimentos, a autorregulamentação incentivou a **inovação em processos de envase e distribuição**. A busca por maior eficiência e segurança

O Código incentivou as empresas a investirem em tecnologia e em soluções mais avançadas, transformando o setor de GLP em um exemplo de como a responsabilidade compartilhada pode impulsionar o progresso e o desenvolvimento.

levou ao desenvolvimento de novas técnicas de envase, com maior controle de qualidade e menor risco de vazamentos. A otimização das rotas de entrega, o uso de veículos mais modernos e seguros, e a implementação de sistemas de gestão de frotas são exemplos de como a inovação tecnológica tem sido aplicada para aprimorar toda a cadeia de valor do GLP.

Essa cultura de inovação, fortalecida ao longo das décadas por iniciativas de autorresponsabilidade e aprimoramento setorial, tem sido fundamental para manter o setor na vanguarda da segurança e da eficiência energética.

Em resumo, a autorregulamentação não foi apenas um mecanismo de controle, mas um potente motor para a inovação. Ao criar um ambiente onde a segurança e a qualidade eram prioridades inegociáveis, o Código incentivou as empresas a investirem em tecnologia e em soluções mais avançadas, transformando o setor de GLP em um exemplo de como a responsabilidade compartilhada pode impulsionar o progresso e o desenvolvimento.

4

Os frutos da autorregulamentação: segurança, economia e sociedade

A revolução da segurança: queda significativa nos acidentes

Impacto econômico: investimentos, empregos e concorrência saudável

Transformação social: acesso à energia, saúde e qualidade de vida

O papel da comunicação e da conscientização

Um modelo para outros setores

A autorregulamentação como fator de credibilidade internacional

A sinergia entre a legislação e a autorregulamentação

A revolução da segurança: queda significativa nos acidentes

O impacto mais imediato e significativo do Código de Autorregulamentação e do Programa Nacional de Requalificação de Botijões foi a **revolução na segurança** do uso do GLP no Brasil. Antes de 1996, a precariedade dos botijões em circulação, a informalidade no envasilhamento e a ausência de um sistema robusto de controle de qualidade resultavam em acidentes de consequências trágicas, um cenário de constante preocupação para consumidores, autoridades e para o próprio setor, que via sua credibilidade minada por incidentes evitáveis.

Com a implementação das novas diretrizes, que exigiam a requalificação periódica dos recipientes, o investimento contínuo e a responsabilização clara das distribuidoras pela integridade de seus produtos, esse quadro foi drasticamente alterado, marcando um antes e um depois na história da segurança energética brasileira.

Os dados estatísticos confirmam de forma inequívoca a eficácia das medidas adotadas. Houve uma **queda significativa e sustentada nos índices de acidentes** envolvendo GLP, consagrando o “gás de cozinha” como **um dos combustíveis mais seguros para uso doméstico e comercial no país**. Esse resultado não é apenas um número frio; ele representa vidas salvas, famílias protegidas de tragédias e um ambiente doméstico mais seguro para os brasileiros.

Impacto econômico: investimentos, empregos e concorrência saudável

Além dos ganhos inestimáveis em segurança, a autorregulamentação impulsionou um significativo **impacto econômico no setor de GLP e na economia brasileira como um todo**. A liberdade de preços, um dos pilares do Código, estimulou a concorrência entre as distribuidoras, levando à busca incessante por maior eficiência operacional, inovação nos serviços e, conseqüentemente, à melhoria contínua da qualidade. Esse ambiente competitivo beneficiou diretamente o consumidor, que passou a ter mais opções de

fornecedores, serviços de entrega mais eficientes e, em última instância, um produto de melhor qualidade a preços mais justos.

Os investimentos no setor, substanciais e de longo prazo, foram direcionados em grande parte para a modernização da infraestrutura de envase e distribuição, a aquisição de novos equipamentos de segurança, a construção e manutenção de centros de destroca e a capacitação de mão de obra. Esse fluxo contínuo de investimentos gerou milhares de empregos diretos e indiretos em toda a cadeia produtiva, movimentando a economia em diversas regiões do país. O setor de GLP é altamente capilarizado, com milhares de revendas presentes em praticamente todos os municípios brasileiros, o que o torna um importante gerador de empregos e renda local, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.

A formalização do mercado, com o fim dos botijões “O.M.” e a obrigatoriedade da marca própria, também contribuiu para um ambiente de negócios mais transparente e mais justo. O monitoramento do produto e a responsabilização clara das empresas pela qualidade e segurança de seus recipientes reduziram drasticamente a informalidade, o envasilhamento clandestino e a concorrência desleal. Isso criou um campo de atuação mais equitativo para todas as distribuidoras, incentivando a inovação e a busca por diferenciais competitivos baseados na qualidade e na segurança, em vez de práticas predatórias. A credibilidade do setor foi restaurada, atraindo novos investimentos e consolidando o GLP como um negócio sólido e confiável.

Transformação social: acesso à energia, saúde e qualidade de vida

O GLP, como um vetor essencial para o acesso à energia, desempenha também um papel importantíssimo na melhoria da saúde pública e na elevação da qualidade de vida de milhões de pessoas. Principal fonte de energia para cocção, contribui para a segurança alimentar das famílias em todo o território nacional, com uma penetração que hoje atinge **95% dos lares brasileiros**.

O acesso ao GLP é crucial para combater a **pobreza energética**, um problema que afeta grande parte da população, especialmente em áreas rurais e comunidades de baixa renda. Em muitas dessas regiões, a lenha ainda é utilizada como principal fonte

de energia para cozinhar, o que acarreta sérios problemas de saúde, como doenças respiratórias crônicas causadas pela inalação da fumaça tóxica, e impactos ambientais negativos, como o desmatamento.

Além do uso doméstico, o GLP também é vital para o comércio e a indústria, impulsionando pequenos negócios, restaurantes, padarias, lavanderias e diversas outras atividades produtivas que dependem de uma fonte de energia confiável e versátil.

A disponibilidade de GLP, um combustível digno e eficiente, oferece uma alternativa mais segura, saudável e prática, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de vida, especialmente para mulheres e crianças, que são as mais expostas aos riscos da queima de biomassa sólida. Embora a lenha ainda ocupe **23%** da matriz energética residencial em algumas regiões, superando o GLP (**21%**), a autorregulamentação e os investimentos contínuos do setor em infraestrutura e conscientização continuam a expandir o acesso e a disseminar os benefícios do GLP como uma solução energética moderna e sustentável.

Além do uso doméstico, o GLP também é vital para o comércio e a indústria, impulsionando pequenos negócios, restaurantes, padarias, lavanderias e diversas outras atividades produtivas que dependem de uma fonte de energia confiável e versátil. A confiabilidade e a segurança do fornecimento de GLP, garantidas pela autorregulamentação e pela fiscalização da ANP, são elementos-chave para o desenvolvimento econômico e social do país.

O papel da comunicação e da conscientização

Além das medidas estruturais e regulatórias, a autorregulamentação do GLP no Brasil também se destacou pelo investimento contínuo em **comunicação e conscientização** sobre o uso seguro do produto.

Reconhecendo que a segurança não depende apenas da qualidade do botijão ou da fiscalização, mas também do comportamento do consumidor, o setor, por meio do Sindigás e das distribuidoras, vem lançando diversas campanhas educativas ao longo dos anos. Essas campanhas visam informar a população sobre as melhores práticas de instalação, manuseio e armazenamento do botijão de GLP, bem como sobre os sinais

de alerta de possíveis vazamentos e como agir em situações de emergência, além de conscientizar para os perigos da pirataria, dos botijões "O.M.", da venda fracionada, e para a importância da compra de botijões em revendedores autorizados.

As ações de conscientização são multifacetadas, utilizando diversos canais de comunicação, como televisão, rádio, internet, materiais impressos e eventos presenciais em comunidades. A linguagem utilizada é acessível e didática, buscando atingir todos os segmentos da população, independentemente do nível de escolaridade. Tópicos como a importância de verificar a validade da mangueira e do regulador de pressão, a necessidade de instalar o botijão em local arejado e a proibição de improvisações nas instalações são constantemente abordados. Essas iniciativas contribuem significativamente para a redução dos acidentes, pois capacitam os consumidores para a forma mais segura e responsável de adquirir e utilizar o GLP.

Um exemplo notável dessas ações foi a distribuição de cartilhas informativas e a realização de palestras em escolas e associações de moradores. O objetivo é desmistificar o uso do GLP e fornecer informações práticas que devem ser aplicadas no dia a dia. A parceria com órgãos de defesa do consumidor e com o Corpo de Bombeiros também tem sido fundamental para ampliar o alcance e a credibilidade dessas campanhas. A comunicação transparente e o compromisso com a educação do consumidor reforçam a imagem do setor como um agente preocupado com o bem-estar da sociedade, consolidando a confiança no GLP como uma fonte de energia segura e confiável.



Um modelo para outros setores

Os 30 anos da autorregulamentação do GLP no Brasil não apenas transformaram o setor, mas também estabeleceram um **legado** que serve de modelo e inspiração para outros segmentos da economia.

A experiência do GLP demonstra que a iniciativa privada, quando organizada e comprometida, pode ser um agente poderoso na construção de um ambiente de negócios mais seguro, ético e eficiente, complementando e, em alguns casos, antecipando a ação regulatória do Estado.

Este modelo de governança setorial, baseado na responsabilidade compartilhada e na busca pela excelência, provou ser eficaz na resolução de problemas complexos e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Os princípios da autorregulamentação – liberdade de preços, respeito às marcas, garantia de qualidade e compromisso com a segurança – são universais e podem ser aplicados em diversos contextos. A capacidade do setor de GLP de criar e manter um sistema de logística reversa tão complexo como a destroca de cilindros, e de investir

O sucesso do modelo da autorregulamentação do GLP no Brasil é frequentemente citado em discussões sobre políticas públicas e regulação econômica.

massivamente em um programa de requalificação que garante a segurança dos recipientes, é um testemunho da força da colaboração e da visão de longo prazo. Essa experiência mostra que a autorregulamentação não é uma ausência de regras, mas sim a criação de regras pelo próprio setor, com o objetivo de proteger o consumidor e garantir a sustentabilidade do negócio.

O sucesso do modelo da autorregulamentação do GLP no Brasil é frequentemente citado em discussões sobre políticas públicas e regulação econômica. Ele oferece lições valiosas sobre como conciliar os interesses do mercado com as demandas sociais, e como a proatividade do setor privado pode gerar benefícios que transcendem os ganhos individuais das empresas.

O legado é um setor que, ao assumir a responsabilidade por seus desafios, transformou-se em um exemplo de inovação, segurança e compromisso com o desenvolvimento do país. A história do GLP no Brasil é, portanto, uma narrativa inspiradora de como a autorregulamentação pode ser uma ferramenta poderosa para a construção de um futuro mais seguro e próspero para todos.

A autorregulamentação como fator de credibilidade internacional

O sucesso do modelo da autorregulamentação do GLP no Brasil não se restringiu apenas ao cenário nacional; ele também se tornou um **fator de credibilidade internacional** para o setor. A experiência brasileira em conciliar a liberalização do mercado com a garantia de altos padrões de segurança e qualidade tem sido observada e, em alguns casos, replicada por outros países em desenvolvimento que buscam modernizar seus

mercados de GLP. A capacidade de o setor privado se auto-organizar e de estabelecer mecanismos eficazes de controle e fiscalização, sem a necessidade de uma intervenção estatal excessiva, é vista como um exemplo de maturidade e responsabilidade.

O Sindigás, como representante das empresas distribuidoras, tem participado ativamente de fóruns e conferências internacionais, compartilhando a experiência brasileira e contribuindo para o debate global sobre as melhores práticas na indústria de GLP. A apresentação dos resultados alcançados em termos de redução de acidentes, investimentos em requalificação e o modelo de destroca de cilindros tem gerado grande interesse e reconhecimento. Essa projeção internacional não apenas eleva a imagem do setor brasileiro, mas também abre portas para a troca de conhecimentos e tecnologias, beneficiando a indústria nacional com as melhores práticas globais.

Além disso, a credibilidade internacional conquistada pela autorregulamentação tem facilitado a atração de **investimentos estrangeiros** para o setor de GLP no Brasil. Empresas internacionais que buscam mercados com ambientes regulatórios estáveis, seguros e transparentes veem no modelo brasileiro um diferencial competitivo. A garantia de que o setor opera com altos padrões de segurança e qualidade, e que existe um compromisso sólido com a responsabilidade social e ambiental, reduz os riscos para os investidores e estimula a entrada de capital estrangeiro, contribuindo para o desenvolvimento e a modernização da indústria.

Em um mundo cada vez mais globalizado, onde a reputação e a confiança são ativos inestimáveis, a autorregulamentação do GLP no Brasil se destaca como um modelo de sucesso. Ela demonstra que a iniciativa privada, quando age com responsabilidade e visão de longo prazo, pode não apenas atender às demandas do mercado interno, mas também se projetar internacionalmente como um exemplo de excelência e compromisso com a segurança e a sustentabilidade.

A sinergia entre a legislação e a autorregulamentação

A autorregulamentação do setor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) no Brasil não se desenvolveu em um vácuo regulatório, mas sim em um ambiente de constante diálogo e colaboração com as esferas governamentais. A iniciativa das empresas distribuidoras, por

meio do Sindigás, para a criação do Código de Autorregulamentação, contou com a decisiva participação e o suporte de diversos organismos da administração pública, que atuaram na legislação, normatização e auditoria das novas medidas, garantindo que as práticas de mercado estivessem alinhadas com os interesses públicos de segurança e abastecimento.

A criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), um ano após o lançamento do Plano da Autorregulamentação, foi um marco fundamental nesse processo. A ANP estabeleceu-se como um órgão regulador com autonomia para fiscalizar e normatizar o setor, conferindo legitimidade e força executória às diretrizes de segurança e qualidade. Essa complementaridade entre

A interação entre a autorregulamentação e a legislação governamental é um exemplo de governança colaborativa, onde o setor privado e o poder público trabalham juntos para alcançar objetivos comuns.

a autorregulamentação privada e a regulação estatal criou um arcabouço legal robusto, onde as empresas mantiveram a liberdade de inovar e competir, sempre dentro de um quadro de normas que garantem a segurança e a qualidade do produto.

Além da ANP, outros órgãos governamentais desempenharam papel crucial. O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), por meio de suas portarias, estabeleceu os padrões técnicos para a requalificação de botijões e para a fabricação de equipamentos a gás, assegurando a conformidade com as normas de segurança. O Corpo de Bombeiros, por sua vez,

atuou ativamente na fiscalização das instalações de GLP e na prevenção de acidentes, sendo um parceiro essencial nas campanhas de conscientização e educação do consumidor.

A articulação se estendeu também aos órgãos de defesa do consumidor e de acompanhamento econômico. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), então vinculado à Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, e os Programas de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCONs) estaduais, que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) coordenado pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), foram fundamentais para assegurar os direitos dos usuários finais e a transparência nas relações de consumo. Adicionalmente, a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda contribuiu com análises de mercado e diretrizes para estimular a produtividade e a eficiência econômica, promovendo um ambiente de livre e justa concorrência.

Essa interação entre a autorregulamentação e a legislação governamental é um exemplo de governança colaborativa, onde o setor privado e o poder público trabalham juntos para alcançar objetivos comuns. Uma sinergia que tem sido fundamental para o sucesso do modelo brasileiro de GLP, transformando-o em um dos mais seguros e eficientes do mundo, e servindo de referência para outros setores da economia.

5

O GLP rumo ao futuro

O GLP na transição energética brasileira

O papel da inovação aberta e parcerias estratégicas

O GLP e a economia circular

Acesso à energia para todos

A segurança energética nacional



O GLP na transição energética brasileira

À medida que o Brasil avança em sua jornada de transição energética, o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) emerge como um protagonista inesperado, mas fundamental. Longe de ser um combustível do passado, o GLP possui características intrínsecas que o posicionam estrategicamente na busca por uma matriz energética mais limpa e eficiente.

O papel do GLP na transição energética é multifacetado. Ele atua como um combustível de transição crucial, permitindo a substituição de fontes mais poluentes, como a lenha e o carvão, que ainda são amplamente utilizadas em áreas rurais e comunidades de baixa renda.

Sua alta densidade energética, facilidade de transporte e armazenamento, e a queima com baixas emissões de poluentes locais, o tornam uma alternativa viável e, em muitos casos, superior a outras fontes de energia, especialmente em regiões não atendidas por gás natural encanado.

O papel do GLP na transição energética é multifacetado. Ele atua como um **combustível de transição** crucial, permitindo a substituição de fontes mais poluentes, como a lenha e o carvão, que ainda são amplamente utilizadas em áreas rurais e comunidades de baixa renda. Além disso, o GLP se destaca pela sua **eficiência energética**. Sistemas de aquecimento de água a gás, por exemplo, são significativamente mais eficientes do que chuveiros elétricos, reduzindo o consumo de eletricidade e

aliviando a carga sobre o sistema elétrico nacional, especialmente nos horários de pico. Essa eficiência não apenas gera economia para o consumidor, mas também contribui para a sustentabilidade da rede elétrica.



O papel da inovação aberta e parcerias estratégicas

O futuro do GLP no Brasil não será construído apenas pela inovação interna das empresas, mas também por um modelo de **inovação aberta** e pela formação de **parcerias estratégicas**. O setor tem demonstrado uma crescente abertura para colaborar com

startups, universidades, centros de pesquisa e outras indústrias, buscando soluções inovadoras para os desafios da transição energética e para a otimização de suas operações. Essa abordagem colaborativa permite o intercâmbio de conhecimentos, o desenvolvimento conjunto de novas tecnologias e a aceleração da adoção de práticas mais sustentáveis.

O Sindigás e as distribuidoras têm um papel crucial em disseminar informações claras e acessíveis, utilizando diferentes mídias e abordagens para atingir os mais diversos públicos. A promoção de workshops, palestras em escolas e comunidades,

e a produção de materiais educativos digitais e impressos são ferramentas importantes nesse processo. A educação não se restringe apenas ao consumidor final, mas também se estende aos revendedores e instaladores, garantindo que toda a cadeia de valor esteja alinhada com os mais altos padrões de segurança e qualidade.

A experiência brasileira em autorregulamentação, com a criação de mecanismos eficazes como a destroca e o programa de requalificação, demonstra que é possível construir um mercado de GLP seguro, eficiente e sustentável, mesmo em contextos de grande complexidade.

A capacidade de conciliar a liberdade de mercado com a responsabilidade social e ambiental é um aprendizado valioso que o Brasil pode compartilhar com o mundo, contribuindo para a segurança energética e para a transição para uma matriz energética mais limpa em escala global.

A capacidade de conciliar a liberdade de mercado com a responsabilidade social e ambiental é um aprendizado valioso que o Brasil pode compartilhar com o mundo.



O GLP e a economia circular

No contexto da sustentabilidade, o setor de GLP no Brasil também tem explorado os princípios da **economia circular**, buscando otimizar o uso de recursos e minimizar o desperdício. Muitos desses princípios começaram a ser implantados no Brasil a partir do Plano da Autorregulamentação implantado pelas distribuidoras de GLP.

A economia circular no setor de GLP não se limita apenas aos aspectos físicos do produto. Ela também se estende aos modelos de negócio, com a exploração de sistemas de compartilhamento de botijões, onde os consumidores não compram o recipiente, mas sim o serviço de fornecimento de GLP.

A requalificação de botijões é, por excelência, um exemplo de economia circular, pois prolonga a vida útil dos recipientes, evitando o descarte prematuro e a necessidade de produção de novos. Esse processo não apenas reduz o consumo de matérias-primas, mas também diminui a pegada de carbono associada à fabricação de novos botijões.

Além da requalificação, o setor tem investido em tecnologias para a reciclagem de componentes dos botijões que não podem ser reutilizados, como válvulas e anéis. A busca por materiais mais sustentáveis na fabricação de novos recipientes e a otimização dos processos de transporte e armazenamento também são parte dessa abordagem circular. A ideia é criar

um ciclo fechado, onde os recursos são mantidos em uso pelo maior tempo possível, extraindo o máximo valor deles e, ao final da vida útil, regenerando-os em novos produtos ou materiais.

A economia circular no setor de GLP não se limita apenas aos aspectos físicos do produto. Ela também se estende aos modelos de negócio, com a exploração de sistemas de compartilhamento de botijões, onde os consumidores não compram o recipiente, mas sim o serviço de fornecimento de GLP. Isso incentiva a manutenção e a requalificação dos botijões pelas distribuidoras, garantindo que eles estejam sempre em perfeitas condições de uso e maximizando sua vida útil. Essa abordagem não apenas beneficia o meio ambiente, mas também oferece maior flexibilidade e conveniência para o consumidor.

Acesso à energia para todos

O futuro do GLP no Brasil está intrinsecamente ligado à sua capacidade de promover a **inclusão social**, garantindo que o acesso à energia digna e segura seja uma realidade para todos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. Ainda existem desafios para alcançar as populações mais vulneráveis e remotas, que muitas vezes dependem de fontes de energia mais precárias e prejudiciais à saúde.

A autorregulamentação, ao longo de seus 30 anos, tem contribuído para a inclusão social ao garantir a disponibilidade de GLP em todo o território nacional, por meio de uma vasta rede de distribuição e revenda. No entanto, o futuro exige um esforço ainda maior para superar as barreiras de acesso, como o custo do botijão e a logística de entrega em áreas de difícil acesso. Programas sociais que subsidiem o acesso ao GLP para famílias de baixa renda, em parceria com o governo, podem ser cruciais para garantir que ninguém seja deixado para trás na transição energética.

O GLP, como um combustível versátil e transportável, tem o potencial de ser um vetor de desenvolvimento em comunidades isoladas, impulsionando pequenos negócios e gerando renda local. Ao garantir o acesso a uma fonte de energia digna e eficiente, o GLP contribui para a melhoria da saúde, da educação e da qualidade de vida, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável em todo o país. A história da autorregulamentação é um testemunho do compromisso do setor em ir além do lucro, buscando gerar valor para a sociedade e construir um futuro mais justo e equitativo para todos.



A segurança energética nacional

O GLP desempenha um papel estratégico na **segurança energética** do Brasil, atuando como uma fonte de energia versátil e resiliente, capaz de suprir as demandas de diferentes setores da economia. Sua capacidade de ser facilmente transportado e armazenado faz dele um combustível essencial para garantir o acesso à energia em todo o território nacional, especialmente em áreas não atendidas por outras fontes, como o gás natural encanado ou a eletricidade.

A segurança energética é um conceito amplo que envolve a disponibilidade, a acessibilidade e a sustentabilidade do fornecimento de energia. Nesse contexto, o GLP

A autorregulamentação, ao garantir a segurança e a eficiência do setor, também contribui para a segurança energética, pois um setor robusto e confiável é essencial para o fornecimento contínuo de energia.

contribui de diversas formas. Em termos de **disponibilidade**, o Brasil possui uma produção significativa de GLP, complementada por importações que garantem o abastecimento contínuo do mercado. A infraestrutura de terminais, refinarias e distribuidoras, desenvolvida ao longo de décadas, assegura que o GLP chegue a todos os cantos do país, mesmo em situações de crise ou interrupção de outras fontes de energia.

Quanto à **acessibilidade**, o GLP é um combustível relativamente acessível para a maioria da população, especialmente quando comparado a outras fontes de energia em áreas rurais ou de baixa renda. A capilaridade da rede de distribuição e revenda, que atinge praticamente todos os municípios brasileiros, garante que o consumidor tenha acesso ao produto de forma conveniente e a preços competitivos. Além disso, programas sociais que subsidiam o acesso ao GLP para famílias de baixa renda reforçam seu papel na inclusão social.

Em termos de **sustentabilidade**, o GLP é um combustível de transição que contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa quando substitui fontes mais poluentes.

A autorregulamentação, ao garantir a segurança e a eficiência do setor, também contribui para a segurança energética, pois um setor robusto e confiável é essencial para o fornecimento contínuo de energia.

Em resumo, o GLP é um componente vital da estratégia de segurança energética do Brasil. Sua **versatilidade, acessibilidade e crescente sustentabilidade** o posicionam como um combustível indispensável para o presente e o futuro do país, garantindo que a energia chegue a todos os usuários de forma segura, eficiente e confiável.

Os “30 Anos da Autorregulamentação do GLP no Brasil” representam muito mais do que um marco temporal; eles simbolizam uma jornada de transformação, resiliência e compromisso inabalável com a segurança e o bem-estar da sociedade brasileira. O ano de 1996, com a criação do Código de Autorregulamentação, marcou a virada de um setor que, antes fragmentado e com sérios desafios de segurança, assumiu as rédeas do seu próprio destino. A iniciativa das distribuidoras, lideradas pelo Sindigás, em estabelecer um pacto de responsabilidade baseado na liberdade de preço, respeito à marca, garantia de qualidade e compromisso com a segurança, provou ser uma estratégia visionária.

Os frutos dessa autorregulamentação são evidentes e mensuráveis. A implementação do Programa Nacional de Requalificação de Botijões, com investimentos que superam a casa do bilhão de reais e a requalificação de milhões de recipientes anualmente, garantiu um ambiente doméstico mais seguro para um grande número de famílias. A destroca de cilindros, um modelo exemplar de logística reversa e cooperação entre concorrentes, assegurou o monitoramento e a responsabilidade sobre cada botijão em circulação, fortalecendo a confiança do consumidor.

Economicamente, o setor se tornou mais robusto e competitivo, gerando empregos e impulsionando o desenvolvimento em todo o território nacional. Socialmente, o GLP consolidou-se como uma energia essencial para a segurança alimentar e para a melhoria da qualidade de vida.

Olhando para o futuro, o GLP se posiciona como um ator relevante na transição energética brasileira. A inovação tecnológica e a digitalização continuarão a aprimorar a segurança, a eficiência e a experiência do consumidor. A adoção de modelos de inovação aberta e a formação de parcerias estratégicas serão cruciais para acelerar o desenvolvimento de novas soluções e para expandir o uso do GLP em diversas aplicações ainda sujeitas a restrições na legislação brasileira. A educação e a conscientização continuada do consumidor, por sua vez, garantirão que os benefícios do GLP sejam plenamente aproveitados, com a máxima segurança e eficiência.



À medida que o setor de GLP avança, a autorregulamentação continuará a ser um pilar fundamental, adaptando-se a novos desafios e oportunidades. A flexibilidade e a capacidade de resposta que o modelo demonstrou ao longo de três décadas continuam sendo cruciais no atual cenário energético em constante mutação.

O legado do Código de Autorregulamentação da distribuição do GLP no Brasil é um farol que ilumina o caminho para a construção de um futuro energético mais seguro, eficiente e equitativo.

Em suma, a história dos 30 anos da autorregulamentação do GLP no Brasil é uma narrativa de sucesso. É a prova de que a iniciativa privada, quando age com responsabilidade e visão de longo prazo, pode ser um poderoso agente de transformação social e econômica.

O legado do Código de Autorregulamentação da distribuição do GLP no Brasil é um farol que ilumina o caminho para a construção de um futuro energético mais seguro, eficiente e equitativo. É a prova de que a colaboração entre o setor privado, o governo e a sociedade civil pode gerar resultados transformadores, beneficiando muitas vidas e impulsionando o desenvolvimento sustentável do país.

A trajetória destes 30 anos, de 1996 e 2026, nos mostra um setor mais seguro, mais eficiente e mais comprometido com o futuro do Brasil, garantindo que a chama azul do GLP continue a iluminar e aquecer os lares brasileiros por muitas décadas vindouras, servindo como um modelo inspirador para outros setores e para o cenário energético global.

Que esta história inspire novas gerações a abraçar a inovação, a segurança e o compromisso de todos para um Brasil mais próspero.



ASSOCIADO À



EMPRESAS ASSOCIADAS





TEXTO:
Gustavo Barbosa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Conceito Comunicação Integrada | www.conceito-online.com.br



www.sindigas.org.br